Azeredo Coutinho

Memoria sobre o
Preço do Assucar

ENCADERNAÇÃO
VALLELLE
JOSÉ LINO
MARTINS & Cia.
R. do CARMO, 63
TEL. 23-2412
RIO

INSTITUTO
BIBLIOTECA

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

SÉRIE HISTÓRIA

II

MEMORIA SOBRE O PREÇO DO ASSUCAR

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho

Introdução de
Sérgio Buarque de Holanda

INSTITUTO DO AÇU
- BIBLIOTECA -

RIO DE JANEIRO
1946

DI / D. BIBLIOTECA
OBRA RARA
I. A. A.

ECA DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
Nº 602
3-1-952

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

SÉRIE HISTÓRIA

II

MEMORIA SOBRE O PREÇO DO ASSUCAR

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho

Introdução de

Sérgio Buarque de Holanda

BIBLIOTEC

633.601
A994

RIO DE JANEIRO
1946

Indice

AO LEITOR 9

AZEREDO COUTINHO — Sérgio Buarque de Holanda 15

MEMÓRIA SOBRE O PREÇO DO ASSUCAR — D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho 37

Gravuras

FAC-SIMILE da fôlha de rosto da 3.ª ed. do "Ensaio Econômico" onde foi publicada, em anexo, a 2.ª ed. desta Memoria

D. JOSE' JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (Bispo de Pernambuco e Elvas — 1742-1821)

Ao Leitor

Em maio de 1942, o Instituto do Açúcar e do Álcool, através da Seção de Publicidade, publicou o primeiro volume da série "Documentos Históricos". Consta o folheto de dois trabalhos do século XVII, diretamente traduzidos do holandês pelo Rev. P. Fr. Agostinho Keijzers, O. C., e Dr. José Honório Rodrigues, sob o título geral — "Os holandeses no Brasil".

O volume, que ora vem a lume, é o segundo da referida coleção, que, para não se confundir com a da Biblioteca Nacional, do mesmo nome, passa a chamar-se "Série História".

A "Memoria sobre o preço do assucar", de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, foi publicada na edição de dezembro de 1940 de "Brasil Açucareiro", órgão oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool, n. 6, vol. VI, ano VIII.

Reeditando-a em folheto, precedemo-la, à guisa de Introdução, de um estudo do Dr. Sérgio Buarque de Holanda, historiador e crítico, sôbre Azeredo Coutinho, também publicado pelo "Brasil Açucareiro" (ns. de dezembro de 1944 e janeiro de 1945).

Introdução

de

Sérgio Buarque de Holanda

Azeredo Coutinho

José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho nasceu em São Salvador dos Campos dos Goitacazes aos 8 de setembro de 1742, primogênito de Sebastião da Cunha Coutinho Rangel e D. Isabel Sebastiana Rosa de Morais (1). Dos ascendentes, que pertenceram à gente principal da capitania da Paraíba do Sul, dá notícia o requerimento que, quando Bispo de Pernambuco, dirigiu Azeredo Coutinho à rainha D. Maria I, pedindo para seu irmão, Sebastião da Cunha Coutinho Rangel, a mercê do foro de fidalgo (2). Consta dêsse papel que seu bisavô paterno, Sebastião Martins Coutinho, foi dos que em 1711 se opuseram à entrega da praça do Rio de Janeiro aos franceses de Duguay-Trouin, contribuindo além disso para o resgate da referida praça. O avô materno de Coutinho, Domingos Álvares Pessanha, governou por longo tempo, quase até ao fim da vida, a comarca dos Campos, concorrendo com seus haveres e muito trabalho para a domesticação dos índios Goitacá. O nome do padre Ângelo Pessanha, irmão de Domingos Álvares, está ligado, por sua vez, não só ao apaziguamento do mesmo gentio como à expulsão dos Cuités, chamados Botocudos, de algumas áreas povoadas da capitania de Minas Gerais, ao tempo do Governador Luís Diogo Lôbo da Silva.

Não parece que ao futuro Bispo de Elvas estivesse reservada desde o berço uma carreira literária. Filho mais velho de família abastada, tudo o encaminharia à condição dêsses ricos fazendeiros campistas que o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied nos pinta, já em princípio do Século XIX, como amigos da ostentação e do luxo exterior, embora sempre satisfeitos com seus trastes humildes e seus casebres de taipa, mais miseráveis no aspecto do que os de um miserável camponês da Europa Central.

Aos seis anos de idade era levado para o Rio de Janeiro, onde estudou gramática, retórica, belas letras, filosofia e teologia. Em seguida viajou longamente nas capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, talvez São Paulo, procurando retirar o melhor proveito de suas observações. Percorreu essas terras — nota um dos seus biógrafos — "não como estéril viajante, mas como filósofo observador, fazendo seus apontamentos do que julgava notável".

---

(1) V. biografia por J. J. P. Lopes, no t.º VII da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (Rio de Janeiro, 1845), p. 106, e Alberto Lamego, **"A Terra Goitacá**, II. (Bruxelas/Paris, 1920), p. 370 ss., nota 509. — Outros biografos inclusive Inocêncio e Blake, depois de Januário da Cunha Barbosa (cf. **Revista** cit. tomo I. 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1908, p. 272) registam o ano de 1743 como data de seu nascimento.

(2) O texto do requerimento está publicado em Lamego, **op. cit.**, pp. 501 ss.

Depois da morte dos pais, pode finalmente, à testa dos negócios da família, travar contato mais direto com a vida rural e apreciar, ao mesmo tempo, suas prementes necessidades.

Aos trinta anos, cede a administração da fazenda a seu irmão Sebastião, e segue para Coimbra, onde se matricula em 1775, formando-se três anos mais tarde em Filosofia e em 1780 em Direito. Licenciado em Cânones algum tempo depois, é nomeado Bispo de Pernambuco em 1794, tendo sido, anteriormente, Arcediago no Rio de Janeiro e Deputado do Santo Ofício.

Só em 1799 chega à Diocese. Além das funções de prelado, tem de assumir interinamente o govêrno da Capitania, na ausência do Governador, D. Tomás José de Melo. Essa oportunidade permite que se revelem suas qualidades de administrador excepcionalmente dotado. Entre as realizações que asinalam sua passagem pelo bispado, avulta a criação do Seminário de Olinda, onde transforma de modo radical os métodos de ensino adotados tradicionalmente na Capitania e herdados dos jesuítas. Graças à colaboração dos padres do Oratório, consegue — informa-nos Oliveira Lima — substituir os velhos moldes do pensamento aristotélico por outros, mais de acôrdo com o espírito do tempo (3). Êsse estabelecimento, que um adversário do Bispo chamou irônicamente de Universidade, seria logo considerado "o melhor colégio de instrução secundária do Brasil".

No cargo de diretor geral dos estudos, que concomitantemente exercia, teve maiores facilidades para a aplicação e ampliação dos novos processos pedagógicos. Como Governador da Capitania, também prestou importantes serviços, que enumeraria mais tarde em carta a Sua Majestade (4). Um dêles, de grandes e perduráveis conseqüências, foi a abertura de uma estrada de comunicação dos sertões de Pernambuco à praça de Olinda, pela parte do Sul.

Nomeado Bispo de Miranda e Bragança, sua atividade transcorre, de 1804 em diante, longe do Brasil. Em 1806 é escolhido para Bispo de Elvas;

---

(3) Manuel de Oliveira Lima, **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico** (Leipzig, 1895), p. 216. V. também **Estatutos do Seminário Episcopal de N. S. da Graza de Olinda**, Lisboa, 1798.

(4) Visconde de Pôrto Seguro, **História Geral do Brasil**, 3.ª ed t.º V. (São Paulo, s. d.), pp. 81 ss.

em 1817 para Bispo de Beja; em 1818 para Inquisidor Geral do Santo Ofício. Eleito em 1821 Deputado às Côrtes Constituintes pelo Rio de Janeiro, falece no mesmo ano, a 12 de setembro, vítima de um ataque de apolexia.

Como sucede tão freqüentemente entre círculos letrados da época da Ilustração, êsse homem que em sua atividade prática e em seus escritos pugnou muitas vêzes por idéias avançadas — avançadas para os seus contemporâneos e sobretudo para os seus conterrâneos, brasileiros e portuguêses — era, política e socialmente, um conservador. No fundo, nunca se desprendeu inteiramente da velha tradição familiar, tradição de grandes proprietários e agricultores, e assim, nem a experiência universitária, nem a carreira clerical, nem a viva curiosidade intelectual que o levou a absorver doutrinas progressistas de seu tempo, chegaram a apagar nêle o vinco do senhor rural. Justificando-se, certa ocasião, contra os que desejassem vê-lo entregue a pensamentos mais elevados e piedosos. menos próprios de um lavrador ou mercador do que de um autêntico prelado, retrucava êle: "é necessário lembrar-lhes que eu, antes de ser Bispo, já era, como ainda sou, um cidadão ligado aos interêsses do Estado, e que os objetos de que trato não ofendem à religião, nem ao meu estado; eu, quando estudante, não sabia nem pensava que havia de ser Bispo...". E concluía: "e discorrer sôbre objetos de minha pátria, ou que com ela têm relação, é um doce passatempo da saudade; desta saudade inseparável da pátria que por si mesmo se apresenta à imaginação" (5).

Na realidade o interêsse nacional resumia-se, para êle, apenas, ou quase, no interêsse da grande lavoura. E onde quer que se apresentasse como partidário de tal ou qual princípio, de tal ou qual providência, o que falavam sempre, nos seus escritos, eram os sentimentos e preconceitos de uma classe: a classe dos donos de engenhos. Pode-se dizer, sem exagêro, que nos pensadores racionalistas e nos economistas liberais, êle procurou constantemente argumentos que fortalecessem a ascendência dessa classe.

Há a considerar que a expansão da indústria açucareira na região campista era relativamente recente ao tempo da mocidade de Azeredo Coutinho. Em 1769 — refere uma testemunha — existiam ali apenas cinqüenta e cinco engenhos e engenhocas. Dêsse ano ao de 1778, levantaram-se mais cento e treze; de 1778 até 1783, mais cento e dez (6). Numerosas fortunas, ràpidamente desenvolvidas, achavam-se ainda mal formadas quando Coutinho publicou seus primeiros ensaios. A concorrência dos produtores antilhanos era o maior estôrvo à expansão ilimitada da nova fonte de riqueza. A rebelião das colônias açucareiras francesas, provocando uma alta súbita dêsse gênero em tôda a Europa, veio, sem dúvida, abrir extraordinárias perspectivas aos lavradores brasileiros. Mas era preciso aproveitar do melhor modo a oportunidade que assim se apresentava. A ocasião nos desafia, clamava de Lisboa o futuro prelado, "ela é ligeira e voluvel; se se não lança mão dela, foge, voa e desaparece".

---

(5) José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, **Discursos sôbre o Estado Atual das Minas do Brasil** — (Lisboa, 1804), pp. 10 e 11.

(6) Cf. José Carneiro da Silva, **Nova Edição da Memória Topográfica e Histórica sôbre os Campos dos Goitacazes** (Rio de Janeiro, 1907), p. 57.

Com tais palavras encerra-se a **Memória sôbre o Preço do Açúcar**, publicada pela primeira vez em 1791, onde se pretende mostrar o êrro em que andavam os partidários da taxação do produto. Contra êsse velho recurso, de que tanto tinham abusado os governos, e que, diz expressamente, seria "uma ruína para os senhores de engenho do Brasil e um mal para os consumidores da Metrópole" (7), opõe o remédio supremo dos novos economistas, o mesmo remédio que ocorreria mais tarde ao seu contemporâneo José da Silva Lisboa: deixai fazer... "A esperança de um dia feliz é a que mais anima ao homem nos seus trabalhos: cortar ao agricultor esta esperança pela taxa do seu gênero, é cortar ao consumidor dêsse gênero aquêles mesmos braços que mais trabalhavam para o seu regalo" (8). "A revolução inesperada, acontecida nas Colônias Francesas é um daqueles impulsos extraordinários com que a Providência faz parar a carreira ordinária das coisas; agora, pois, que aquêles Colonos estão com as mãos atadas para a agricultura, antes que êles principiem nova carreira, é necessário que apressemos a nossa. O interêsse é a alma do comércio, e como êle tanto anima ao francês como ao português, é necessário deixar-lhe tôda a liberdade ao subido preço do açúcar; quanto êle mais subir, mais se aumentarão as nossas fábricas e o nosso comércio" (9).

O bem estar dos lavradores resulta, a seu ver, em vantagem segura para os consumidores, ainda quando êstes tenham de padecer da carestia dos gêneros. E o maior beneficiário é, ao cabo, a própria nação. O autor não deixa de acenar com o exemplo dos povos mais industriosos, os mesmos povos que arrebataram aos países ibéricos a supremacia no comércio mundial. "O meio de promover e adiantar a indústria de uma nação", diz, "é deixar a cada um a liberdade de tirar um maior interêsse do seu trabalho:

---

(7) Dr. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, **Ensaio Econômico sôbre o Comércio de Portugal e suas Colônias.** Segunda Edição, corrigida e acrescentada pelo mesmo autor (Lisboa, 1816), p. 185. A **Memória sôbre o preço do Açúcar** vem em apêndice, às várias edições do **Ensaio**, publicado pela primeira vez em 1794. Para o presente estudo aproveitou-se o texto da edição citada, de 1816.

(8) **ob. cit.**, p. 191.

(9) **ob. cit.**, p. 200.

os inglêses e os holandeses, primeiros mestres na arte do comércio, têm dado a todos estas lições" (10). Assegurando aos seus produtores e negociantes essa mesma liberdade, o país conseguiria, algum dia, assenhorear-se de um certo ramo de comércio, "podendo então dar a lei como quiser, sem temer os esforços que contra êle fizerem as outras nações" (11).

Mas para que a preeminência perdida seja plenamente recuperada, é necessário, antes de tudo, que se dê a atenção devida às verdadeiras e legítimas fontes de riqueza nacional, que são as da agricultura. Apoiando-se em idéias que andavam no ar e que, em parte, tinham sido expressamente desenvolvidas pelos fisiocratas franceses, Coutinho pode renovar, com dobrado vigor, a antiga campanha contra a desordenada exploração das minas de ouro, consideradas um simples sorvedor de braços, que seriam mais ùtilmente ocupados na lavoura. O desastre que representara para Portugal o descobrimento dessas minas, chamando a si "todos os braços das nossas fábricas de açúcar", podia ser agora avaliado em tôda a sua extensão. A voz de Coutinho parece um eco das palavras proféticas que, quase dois séculos antes, escrevera o Governador D. Diogo de Menezes: "...e creia-me V. Mag.^{de} que as verdadeiras minas do Brasil são o açúcar e o pau-brasil...", "... o mesmo negócio há de mostrar cedo a V. Mag.^{de} a perda que há de ter sua fazenda (...), mas será então um mal, q'o perdido não se poderá recuperar". (12).

O resultado fôra que, dispondo o Brasil de terra dadivosa e mão de obra mais barata, por serem portuguêsas as melhores colônias de resgate de escravos, bem cedo veio a perder tão considerável ramo de comércio como é o açúcar. E não ficou nisso o dano que, para os portuguêses, decorreu da sua cegueira, deixando-se enganar por um fantasma de riqueza. A perda da supremacia no mercado internacional do açúcar acarretou a diminuição de sua marinha. E' pelo menos engenhoso o argumento de que se serve Coutinho para mostrar essa correlação: "porque — diz — um navio caregado de ouro não ocupa tantas naus, nem tantos mil homens como uma frota carregada de açúcar, cacau, trigo, arroz, carnes, peixes salgados, etc. (13).

A revisão dêsse êrro fatal, que condenara à ruina a lavoura e o comércio do açúcar, parecia assim de tôda necessidade. E ao lado da cultura da cana era preciso desenvolver também as do cacau, canela, baunilha, e café, pois todos êsses gêneros dão as mãos entre si, e quanto mais se aumente seu consumo, tanto maior será a procura do açúcar.

---

(10) **ob. cit.** p. 198.

(11) **ob. cit.**, p. 198.

(12) Correspondência do Governador D. Diogo de Menezes, 1608-1612" **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. 57 (Rio, 1939), pp. 54 e 52.

(13) **Ensaio Econômico**, cit. p. 200.

Na **Memória**, que pretende ser um simples escrito de circunstância, e cujo objetivo imediato, impedir que se fixasse o preço do açúcar, foi prontamente conseguido, já se denuncia um espírito dotado de apreciável ilustração. Tal qualidade manifesta-se ainda mais cabalmente no volume que Azeredo Coutinho publica em seguida e que é, sem contestação, sua obra mestra: o **Ensaio Econômico sôbre o Comércio de Portugal e suas Colônias**, impresso pela primeira vez em 1794, por ordem da Real Academia de Ciências de Lisboa, e reeditado com acréscimos em 1816 e em 1828.

As traduções sucessivas que se fizeram, em inglês (1801), alemão (1801) e francês (1803), a primeira reimpressa duas vêzes (1807 e 1808) e as outras uma vez cada uma (em 1808), atestam o interêsse amplo suscitado por essa obra (14). O segrêdo de tão extraordinário êxito está, provàvelmente, em que a linguagem do prelado campista, era acessível, em muitos pontos, à mentalidade de seus contemporâneos, inclusive e sobretudo nos países econômicamente mais avançados do que Portugal. Sua convicção de que a cada um deve ser lícito retirar o máximo proveito de seu trabalho, e a certeza de que tal liberdade só pode servir ao bem comum, à nação, já implicava a crença em uma ordem natural, que qualquer ingerência dos govêrnos há de necessàriamente perturbar.

A verdade é que, tendo absorvido, aparentemente, as doutrinas econômicas provocadas, na Europa, por uma sociedade capitalista em plena ascenção, Azeredo Coutinho procurou ver assegurados, com o socorro dessas mesmas doutrinas, os tradicionais privilégios de uma aristocracia colonial e semi-feudal: a aristocacia dos grandes proprietários rurais do Brasil. A campanha que moveu incessantemente contra os monopolistas apoia-se nesse propósito. Sem o comércio livre do sal, por exemplo, como se poderiam esperar grandes benefícios para os criadores e agricultores? Indispensável à alimentação do gado, êsse produto é de primeira necessidade para a conservação das carnes e do pescado. Ora, em virtude do odioso monopólio ainda vigente ao tempo em que era redigido o **Ensaio Econômico**, as despesas ordinárias para a salga de um boi eram duas e três vêzes maiores do que o valor do mesmo boi (15). Conseqüência: para receber os quarenta e

---

(14) V. **Brazil and Portugal in 1809.** Manuscript Marginalia on a Copy of the English Translation of Bishop Joze Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho's Ensaio Economico sobre o Comercio de Portugal e suas Colonias. Edited with an Introduction and Notes by George W. Robinson. Cambridge, 1913.

(15) Ensaio Econômico, p. 14 s.

ENSAIO ECONOMICO
SOBRE O COMMERCIO DE PORTUGAL
E SUAS COLONIAS.

PUBLICADO DE ORDEM DA ACADEMIA REAL
DAS SCIENCIAS

PELO SEU SOCIO

D. JOSE' JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO,
Bispo que foi de Pernambuco e Elvas, e Inquizidor Geral.

TERCEIRA EDIÇÃO

LISBOA
NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS.
1828
Com licença de SUA ALTEZA REAL.

"Fac-simile" da fôlha de rosto da 3.ª ed. do "Ensaio Econômico", onde foi publicada, em anexo, a 2.ª ed. desta Memória.

oito contos anuais que lhe pagavam um arrematante, a Fazenda Real via-se privada de receber as somas incalculáveis que o comércio livre produziria.

Abolido o estanco, tudo seria mais simples. Ganhariam os produtores, ganhariam os comerciantes e ganharia, ao cabo, o próprio Erário Régio. "o pescador, o criador de gados, o agricultor, o comerciante, darão as mãos entre si: êles virão logo sustentar a metrópole de carne, peixe, pão, queijo, manteiga e de todos os víveres. Só por essa porta entrarão para o Erário Régio muitos 48 contos de réis, e Portugal irá descobrir tesouros incalculáveis, mais ricos que o Postosi". (16).

Forçoso é concluir de tais raciocínios, que o agricultor e o comerciante têm sempre interêsses harmônicos. Sem o intermédiário, que procura contìnuamente novos e novos mercados, o produtor se verá condenado a uma existência miserável e destituída de qualquer estímulo. Há, pois, uma natural concatenação dos interêsses da produção, da circulação e da distribuição da riqueza, que é preciso respeitar e de tôdas as formas promover. Com o livre jôgo das fôrças econômicas, Estado e coletividade só terão a lucrar.

Não é difícil reconhecer em tudo isto a "mão invisível" de Adam Smith, cuja obra, Azeredo Coutinho, segundo tôdas as probabilidades, ainda desconhecia quando redigiu seu Ensaio. Seduzido pelo prestígio das grandes nações comerciantes, Holanda e Inglaterra, o Bispo não estava longe de esposar certos ideais econômicos extremadamente individualistas, que passariam por heterodoxos e ímpios entre os adeptos mais rigorosos da moral da Igreja. A riqueza constituiria para êle um fim em si e que não impõe nenhuma obrigação, nenhum dever muito nítido. Se ao menos no plano econômico — o prelado não pretende ir além —, aquilo que é vantajoso para o particular há de reverter em benefício para a sociedade, torna-se por isso mesmo lícito, pois não é concebível uma oposição entre a ordem natural das coisas e os sábios decretos da Divina Providência.

Segundo êsse ponto de vista, que está implícito em tudo quanto escreveu Coutinho, o apetite dos bens da fortuna justifica-se por si, e nada tem, em verdade, de reprovável. E' inútil pretender moderá-lo, invocando, para isso, virtudes cristãs, pois uma vez alcançada a riqueza e abundância, aquelas virtudes serão concedidas em acréscimo. O homem "que vive na abundância", lê-se no **Ensaio Econômico**, "logo se lembra de uma companhia honesta, que lhe seja amável e que o ajude a viver contente; e quando se vê reproduzido em seus filhos, adora o Criador e beija a mão benfeitora que o protege, respeita a religião, respeita as leis e é o primeiro que se interessa na conservação da paz pública, da qual necessàriamente depende a sua particular e a da sua família" (17). A pobreza, ao contrário, representa uma condição simplesmente negativa. E' possível que se justifique diante das supremas necessidades da harmonia do corpo político, assim como se justificam, em muitos casos, a escravidão e o resgate de escravos, a cuja análise e apologia Coutinho chegará a dedicar dois escritos, cheios de ardente paixão partidária. Aos homens não é dado perscrutar aqui os desígnios da Providência, que tudo dispôs desigualmente, galardoando os poderosos da terra não só com os bens mundanos, mas ainda com os meios que hão de levar à salvação eterna.

---

(16) **ob. cit.**, p. 19.

Aos deserdados da sorte não parece restar sequer essa mercê póstuma. "O homem que vive no meio da pobreza, da opressão e da miséria, amaldiçoa ainda aquêles que o geraram, aborrece a vida, revolta-se contra todos, contra si mesmo; mata-se e se despedaça: o homem, enfim, que não tem que perder, é o mais atrevido e o mais insolente, a tudo se atreve, nada lhe resiste" (18).

E nesse caso, o que é verdadeiro com relação aos indivíduos, aplica-se igualmente às nações. Não falta, entre pensadores e filósofos da época, uma das mais agitadas que a História conheceu, quem veja na abastança nacional o remédio único e decisivo contra as inquietações sociais de tôda espécie. E essa é a opinião de Azeredo Coutinho. Êle também acredita que os povos pobres, indigentes, que nada têm a perder e só podem lucrar com os tumultos, são por isso mesmo os mais inclinados à rebeldia, os mais difíceis de governar. Vê-se aqui, como as máximas da liberdade econômica, fundamento seguro da riqueza, terão de desembocar em uma lição de sabedoria política, tal como a concebia e pregava o douto prelado.

De que modo seria possível chegar à opulência e, no caso particular de Portugal, de que modo reconquistar a situação privilegiada que os erros dos antigos tinham pôsto a perder? E' para responder a tais perguntas que nasce o **Ensaio Econômico.**

A situação invejável, que por sua diligência e tenacidade, tinham alcançado certos povos do norte da Europa, parecia indicar claramente o rumo a seguir. Um dos primeiros passos seria, sem dúvida, o aproveitamento racional das riquezas imensas das colônias, do Brasil especialmente. Abolidos os entraves ao desenvolvimento da lavoura, da indústria e do comércio — do comércio que "aumenta as comodidades dos homens, fazendo das coisas supérfluas, úteis e das úteis necessárias" —, estariam lançados os verdadeiros germes da opulência. Agricultura e indústria são fatôres essenciais, e que devem marchar no mesmo compasso. Sem indústria, os frutos da terra não têm valor; sem agricultura, estancam-se as fontes da indústria e as do comércio, que podem sustentar milhões de braços na abundância.

---

(17) **ob. cit.**, p. 152.
(18) **ob. cit.**, p. 51.

Um grande comércio, por sua vez, quer uma grande navegação. Não admira, pois, se o empenho de ver restaurada em tôda a sua antiga e perdida pujança a marinha nacional, seja verdadeiramente obsessivo na obra de Coutinho. Das cento e vinte e seis páginas que abrange a parte primeira do Ensaio, tôda ela dedicada à exposição das vantagens que Portugal poderia retirar do Brasil, cêrca de oitenta, ou sejam quase dois terços, referem-se direta ou indiretamente a êsse problema.

Mas a construção de uma frota requer condições que não se improvisam. Entre outras, a existência de indivíduos aptos ao ofício da marinhagem. Para isso, nenhum meio parece ao autor tão indicado como o incremento das pescarias, que são o berço onde sempre se criaram os homens do mar. E a propósito desenvolve a idéia de se aproveitarem com êsse fim os índios brasileiros, encaminhando-os, pouco a pouco, a um trato mais civil e urbano.

O capítulo onde se defende semelhante idéia é, por muitos aspectos, dos mais característicos em tôda a obra. Característico sobretudo da maneira de pensar de Azeredo Coutinho, para quem os grupos humanos não se ajustam aparentemente a padrões invariáveis e universalmente válidos. Uma nítida compreensão das formas individuais e mudáveis já o predispõe a considerar as transformações históricas segundo métodos estabelecidos pelos biólogos. "E' necessário", diz, "aprender da Natureza, que não faz as suas obras por salto; ela produz maravilhas por um progresso infinito" (19).

Comparadas às de Coutinho, as idéias que propõem alguns dos seus contemporâneos, notadamente um José Bonifácio, para a civilização dos índios bravos, ostentam bem mais vivamente o sêlo do pensamento racionalista e mecanicista da Era das Luzes. Segundo tal ponto de vista, os índios brasileiros ainda são, como nos tempos do padre Manuel da Nóbrega, um papel branco onde tudo se pode escrever. Graças à unidade essencial da natureza humana, êles poderiam ser fàcilmente convertidos à condição de "civilizados" pela simples luz da razão natural.

Para o autor do **Ensaio Econômico**, o assunto oferece aspectos mais complexos. A pretensão de educar os selvagens, principiando por ensinar-lhes as ciências e artes dos civilizados, só pode conduzir a resultados negativos: "como nem os filhos, nem os pais percebem o fim e as utilidades para que os querem levar, nem têm ao redor de si objetos que lhes excitem a curiosidade e o desejo de saber, aumentam a sua moleza e inércia mais aquêle grau de fastio e de aborrecimento que naturalmente ataca um principiante, quando não é dirigido por uma mão hábil e prudente" (20).

---

(19) **Ensaio**, p. 44.

O apêlo às faculdades racionais e à inteligência não basta para domesticar os índios e arrancá-los à rudeza primitiva em que vegetam. E muito menos a sujeição das suas ruins paixões e apetites a alguma lei exterior, despótica e brutal. O importante, pensa — é discernir nêles justamente aquelas obscuras fôrças instintivas, tão menosprezadas, verificar em que grau elas conduzem suas principais atividades, e utilizá-las depois para seu bem e o da comunidade. "A arte de pôr em ação a máquina de cada indivíduo consiste em pesquisar qual é a sua paixão mais forte e dominante. Achada ela, pode-se dizer que está descoberto o segrêdo e a mola real do seu movimento. Aquêle que tiver a vista aguda e penetrante e um tato fino e delicado para distinguir as paixões dos homens, os poderá conduzir, sem dúvida, por cima das maiores dificuldades. O homem e ainda o bruto, levado pela fôrça, está sempre em uma contínua luta e resistência; levado porém pelo caminho de sua paixão, êle segue voluntàriamente, e muitas vêzes corre mesmo adiante daquele que o conduz, sem jamais temer nem ainda os horrores da morte" (21).

Seria injusto, entretanto, pretender separar as idéias de Azeredo Coutinho do solo onde mais abundantemente se nutriram, o do pensamento jusnaturalista e racionalista do século XVIII. Em seu esfôrço para refutar Montesquieu e a opinião de que o habitante das zonas tórridas é fraco e pusilânime, sente-se bem claramente que êle paira no âmbito intelectual onde se gerou a famosa teoria climática. E pode-se bem imaginar que sua réplica seria menos acalorada se o sistema dos climas não parecesse, como diz, "injurioso aos povos dos países quentes e ainda mesmo às nações meridionais da Europa" (22) e não condenasse de antemão a tese de que o índio brasileiro é apto para a marinha e muito especialmente para a marinha de guerra.

Os argumentos a que recorre neste caso, são típicos de um pensador do Setecentos. Acredita, em realidade, que o Criador do Universo sujeitou os homens, em tôda parte, a uma lei comum, que os leva à perfeição e à felicidade. "O homem é sempre o mesmo, em tôda e qualquer parte do mundo; é naturalmente ambicioso, amigo da honra e da glória..." (23), exclama Não é lícito acreditar que essa lei universal possa ser alterada ou restringida pela simples ação do meio físico. Seria absurdo supor que a Providência só soube "criar fibras próprias para os climas frios ou temperados, mas não para os da Zona Tórrida" (24).

---

(20) ob. cit., p. 42.
(21) ob. cit., p. 47.
(22) ob. cit., p. 56.

Se aceitava melhor do que outros, e acatava, as variedades individuais que parecem um desmentido flagrante ao princípio da unidade da Natureza humana, independente de climas, raças, costumes ou leis, não se pode afirmar que sentisse nisso um motivo para duvidar do mesmo princípio. Todos os homens, em tôdas as latitudes, são amigos da honra, e, se diferem entre si, é ùnicamente no modo de interpretá-la: "a honra — diz — é um ente imaginário a que todos aspiram, mas nem todos o vêem pela mesma face; aquilo que a um se representa como honra, a outros se representa como vileza; é um ídolo, enfim, a que cada um prodigaliza incensos a seu modo" (25).

Êsse relativismo aparente decorre sobretudo de um respeito maior pelos fatos do que pelas teorias. Em várias passagens de sua obra manifesta-se o desdém que lhe inspiram sempre os puros teóricos, aquêles que, "do fundo dos seus gabinetes presumem dar leis ao mundo, sem muitas vêzes tratarem de perto os povos de que falam, nem conhecerem os seus costumes, nem as suas paixões..." (26). Os conceitos que exprime são, em geral, frutos da observação direta e da experiência, ou relacionam-se com aspirações precisas de uma classe social. Êle defende, a rigor, causas concretas, não idéias, nem abstrações. Graças a seus arrazoados, os lavradores e comerciantes de açúcar tinham podido respirar tranqüilos, na certeza de que não se taxaria preço para o gênero. A publicação do **Ensaio Econômico** assinala novos triunfos para o infatigável advogado, triunfos que seus próprios antagonistas lhe reconhecem: a abolição dos monopólios do sal e das pescarias de baleias (27).

As soluções que formula, e ainda nisto se distingue de muitos outros publicistas brasileiros de seu tempo, tinham em geral caráter prático, mesmo quando não fôssem imediatamente exequíveis. A título de curiosidade cabe notar que foi sua a primeira sugestão para se demolir o morro do Castelo, no Rio de Janeiro. "O grande morro do Castelo", diz, "que serve de padrasto àquela cidade e que lhe impede quase tôda a viração do mar, tão necessária debaixo da Zona Tórrida, está sôbre o mar pela parte da praia de Santa Luzia, para onde pode ser lançado, fazendo-se encostar tôda a terra desmontada ao longo da mesma praia seguindo para a de Nossa Senhora da Glória, até, se fôsse possível, chegar à fortaleza de Vilagagnon; e sôbre todo o terreno que ficasse do dito monte juntamente com o novo atêrro, formado ao longo da praia, se poderia edificar uma cidade nova muito grande e com tôdas as proporções que se quisesse, dispondo as ruas de sorte que recebesse a viração da barra, dando-se ao terreno novamente formado tôda a altura necessária para o escoamento das águas, e poderia ficar abaulada uma parte fronteira à praia de S. Domingos, e outra para a de Nossa Senhora da Glória" (28). O projeto, conquanto tenha tido poucos adversários intransigentes, só pôde ser realizado em nossos dias.

---

(23) **ob. cit.**, p. 63.
(24) **ob. cit.**, p. 60.
(25) **ob. cit.**, p. 63.
(26) **ob. cit.**, p. 42.
(27) Cf. José da Silva Lisboa, **História dos Principais Sucessos Politicos do Império do Brasil**, Parte I (Rio de Janeiro, 1826), p. 19.

Acêrca das relações entre Portugal e suas colônias e entre Portugal e as nações estrangeiras, os pontos de vista do autor do **Ensaio Econômico,** que se acham condensados na segunda e na terceira partes do livro, logo perderam muito de sua significação, em virtude dos acontecimentos que culminariam com a independência do Brasil. A seu ver, a revisão da política colonial portuguêsa deveria fundar-se na necessidade de uma harmonia maior de interêsses econômicos entre a metrópole e as possessões ultramarinas. Harmonia que não significasse submissão total e exclusiva às exigências dos mercados europeus. As precauções exageradas contra a perspectiva dos produtores coloniais competirem com os do Reino teriam de cessar. "Que mal seria para a Metrópole — pergunta — que as Colônias, por exemplo, cultivassem tanto trigo que fizessem decair o comércio dos mouros e de alguns outros que nos vêm vender êste gênero e sacar o nosso dinheiro?" (29).

Cumpria adotar, nesse caso, uma atitude de cooperação amplamente liberal. Coutinho não hesita mesmo ante um pensamento audacioso, que constitui verdadeiramente a chave das suas reflexões sôbre a economía colonial: o pensamento de que quanto mais Portugal devesse às suas possessões, tanto mais se enriqueceria. "A metrópole — diz — ainda que em tal caso seja devedora às Colônias, necessàriamente há de ser em dôbro credora aos Estrangeiros; ela precisamente há de fazer para com uns e outros duplicados lucros; ganhará nas vendas, ganhará nos fretes e nos transportes para tôdas as partes, pela extensão da sua Marinha e do seu Comércio. Que importa, pois, que a mãe deva às suas filhas, quando ela é em dôbro credora aos estranhos? E, pelo contrário, a metrópole não pode ser credora às colônias sem ser devedora aos estrangeiros, pois que a ela não sobejam víveres, nem manufaturas, e sem supérfluo não há Comércio" (30).

---

(28) **Ensaio Econômico**, p. 7.
(29) **ob. cit.**, p. 147.

Parecia-lhe justo que a tamanha liberalidade correspondessem alguns sacrifícios de parte das colônias, já que a unidade do império só poderia fundar-se efetivamente em um sábio equilíbrio dos interêsses recíprocos. Assim, tornava-se necessário que as colônias renunciassem a ter manufaturas próprias, principalmente de tecidos, limitando-se a ser fornecedoras de matérias primas para os fabricantes do Reino. Quando muito admitia que se abrisse exceção para os teares grosseiros de algodão, a fim de se vestirem os prêtos, porque, do contrário, se faria "muito cara a mão de obra dos agricultores" (31). Impunha-se, além disso, que só comerciassem diretamente com Portugal, e que fôssem excluídas quaisquer outras nações, ainda que pudessem proporcionar maiores vantagens.

A abertura dos portos, em conseqüência da vinda da família real, iria, entretanto, alterar sensìvelmente essas proposições. Em nota à segunda edição portuguêsa do **Ensaio**, publicada em 1816, Azeredo Coutinho já reconhece que, extinto o monopólio comercial da antiga metrópole e postos em pé de igualdade os interêsses da mãe pátria e os das colônias, se criara uma situação nova, de conseqüências não previstas.

Aos que o censurassem pelas medidas restritivas que desejara ver estipuladas para as colônias — e não faltou, mais tarde, quem o fizesse (32) — poderia êle retrucar com o argumento de que em 1794, ao sair a primeira edição do seu livro, teria sido pràticamente impossível pensar em favorecer as colônias sem compensação positiva para a mãe-pátria. E o Bispo não pertencia, certamente, à família dos utopistas ou dos heróis. Pleiteava medidas ou meias medidas liberais, sempre que fôssem viáveis e, aparentemente, de benefícios imediatos e seguros.

Se imaginou um sistema econômico favorável ao desenvolvimento das fábricas e manufaturas portuguêsas, não pretendeu jamais que êsse desenvolvimento, mesmo em Portugal, se fizesse de modo irrestrito. Achava, por exemplo, que as manufaturas de luxo deveriam ser apartadas, pois do contrário dariam resultados tão desastrosos como os das minas de ouro. "As manufaturas que só pedem braços sem muito engenho, nem muita arte, as ordinárias, que mais convêm ao Povo, que é o mais grande consumidor do Estado, são as que mais convêm a Portugal" (33).

---

(30) **ob. cit.**, p. 148.
(31) **ob. cit.**, p. 150.
(32) João Francisco Lisboa, **Obras**, vol. III (São Luiz, 1865), pág. 493.

Por outro lado, o comércio das colônias exclusivamente com a metrópole e em navios da metrópole, tornava-se inevitável se os portuguêses pretendessem ser novamente o que tinham sido nas épocas gloriosas: uma nação de navegadores. Para justificar o monopólio, bastava enumerar algumas das vantagens que advieram, indiscutìvelmente, para a Grã-Bretanha, de uma resolução semelhante, o **Act of Navigation** de 1660. A tal resolução cabe atribuir, em grande parte, a preeminência comercial e marítima dos inglêses. Não foi o próprio Adam Smith quem exaltou a lei de Cromwell, tão em contraste com todo o seu sistema de liberdade natural, chamando-a "a mais sábia, talvez, das medidas econômicas adotadas pela Inglaterra"?

Seria engano pensar que Coutinho chegou a semelhante conclusão por influência do autor da **Riqueza das Nações.** Há mesmo alguns motivos para a suspeita de que só bem mais tarde êle pôde entrar em contato com a obra de Smith. Esta foi traduzida pela primeira vez para o francês exatamente no ano de 1794, em que saiu a primeira edição do **Ensaio Econômico.** E, por estranho que pareça em escritor tão impregnado de admiração pela nação britânica, nada leva a crer que Azeredo Coutinho conhecesse a língua inglêsa. Entre as numerosas citações que figuram em seus livros, as de autores inglêses aparecem sempre em traduções francesas. E é na tradução francesa de Roucher, incompleta e extremamente deficiente na opinião dos entendidos, que Adam Smith vem citado no **Discurso sôbre o Estado Atual das Minas do Brasil,** cuja publicação é de 1804. (34)

---

(33) **Ensaios Econômicos,** p. 157.

(34) Só a publicação, pois o texto estava parcialmente redigido ou esboçado alguns anos antes. E' sem dúvida um exemplar dêsse esbôço o que existe com o mesmo título, sem data e sem nome de autor, entre os manuscritos da Biblioteca Municipal do Pôrto — Cód. 464 — (Veja-se **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto,** Lisboa. 1938, pp. 212 ss.). Não é impossível que tenha sido composto antes mesmo de publicar-se a **Memória sôbre o Preço do Açúcar,** pois a fls. 5 v.º do citado Ms., esta obra é referida com título diverso do que finalmente receberia. Talvez a leitura de Adam Smith tivesse movido o autor a refundir o escrito sôbre as minas, acrescentando-lhe, além disso, as duas partes que não figuram no códice do Pôrto e que correspondem à segunda e à terceira do volume publicado em 1804. Outro exemplar existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, êste assinado, e seguido de uma curiosa **Nota sôbre a divisão de limites entre Portugal e Castella na América** onde se sugere uma demarcação pela qual o Brasil ficasse com todo o território ao norte do Prata e a leste do rio Paraguai, renunciando em favor dos castelhanos a parte do atual Estado de Mato Grosso e a tôdas as áreas ao norte do rio Amazonas. Desprezaria as minas pelo comércio, com o que — diz Coutinho — passariam os portuguêses a ser os verdadeiros senhores do ouro de Mato Grosso, "se he q' ali ha algum" e da prata do Potosi, pois "he huma verdade demonstrada e feita palpavel pela experiencia, q' a Nação que comerceia imediatam$^{te.}$ com a Nação mineira do ouro, ou da prata he sempre a mais rica relativam$^{te.}$".

E' essa, entre as obras de Coutinho, a primeira em que se faz sentir diretamente a influência do mestre da economia clássica. E a bem dizer, tal influência só servirá para reforçar pontos de vista já anteriormente expressos na **Memória sôbre o Preço do Açúcar** e no **Ensaío Econômico**. Em essência, o **Discurso** não passa de um desenvolvimento de opiniões contidas nessas duas obras. O que nêle se procura é, mais uma vez, demonstrar as vantagens decisivas que oferece a lavoura, mormente a lavoura do açúcar, comparada à mineração, aconselhando-se, de passagem, a que só sejam exploradas as minas capazes de bom rendimento e, neste caso, segundo métodos verdadeiramente racionais e científicos, não com os processos empíricos usados no Brasil desde longínquas eras.

A quase nada se reduz o repertório de idéias que lhe fornece de primeira mão a obra de Smith. Como economista, Azeredo Coutinho está, em geral, mais perto dos fisiocratas e até dos mercantilistas, com os quais partilha, no fundo, a certeza de que uma nação só se pode enriquecer à custa das outras. Dos primeiros distingue-se em particular pela ênfase com que, ao par das propriedades fundiárias, que representam a riqueza verdadeiramente nacional, acentua a importância dos efeitos móveis — dinheiro, bilhetes, letras de câmbio e mercadorias de tôda a ordem — nos bens dos Estados. Êsses efeitos, nota êle, são universais, giram em tôda parte, pertencem ao mundo inteiro, e o povo que os possui em maior número entra proporcionalmente com "um maior número de ações na grande companhia de comércio universal" (35).

No **Discurso**, e agora apoiando-se confusamente em Adam Smith, argumenta com o valor precário dos metais preciosos, dependente do arbítrio e estimação dos homens (36), mas apenas para tocar mais uma vez na velha tecla de que as riquezas suscitadas pelos descobrimentos das minas de ouro são puramente ilusórias e que — para usar suas mesmas palavras — uma "nacão, quanto mais ouro cava, tanto mais cava a sua ruína" (37).

E' inútil, aliás, procurar grande originalidade nas idéias e teorias de nosso economista. Muitas delas, quando não provêm de sua experiência própria — e ainda neste caso trazem quase sempre o **nihil obstat** de algum autor prestigioso — são colhidas, às vêzes pilhadas sem a menor cerimônia de escritores da época. As semelhanças existentes, na apresentação e disposição da matéria, entre o **Ensaío Econômico** e as **Institutions Politi-**

---

(35) **Ensaio Econômico**, p. 28.

(36) **Discurso sôbre o Estado Atual das Minas do Brasil** (Lisboa, 1804), pp. 13 e s.

(37) **Discursos...**, p. 15.

ques do Barão de Bielfeld, cujo influxo sôbre alguns de nossos publicistas de princípio do século passado mereceria uma análise, não são simples e fortuita coincidência. A tese, por exemplo, de que a escola natural dos homens do mar são as pescarias, é tomada diretamente de Bielfeld.

A palavra decalque é, em realidade, a que se aplica neste caso. Do terceiro capítulo do **Ensaio**, onde se expõe a necessidade de incrementar a pesca, os §§ 1.º e 2.º não passam de tradução rigorosa, sem aspas e sem indicação de fonte, do § 15.º do XVº capítulo das **Institutions** (tomo 1.º), como o 4.º e o 5.º são reprodução, palavra por palavra, do 16.º Já no capítulo segundo do **Ensaio**, os §§ 3.º e 4.º são traduzidos literalmente, e nas mesmas condições, do 1.º e 2.º; o 5.º e o 6.º, do 3.º; o 7.º e o 8.º do 4.º § do citado capítulo da obra de Bielfeld... (38).

Tudo isso é significativo e depõe, sem dúvida, contra a probidade intelectual do prelado economista. Mas seja como fôr, não basta para diminuir o valor de sua obra na medida em que é expressão do espírito de uma época ou ainda um elo necessário na evolução, entre nós, das idéias político-econômicas. E tais aspectos são, em última análise, os que podem interessar no presente estudo.

Entre o **Ensaio Econômico** e o **Discurso** sôbre o estado das minas, situa-se cronològicamente o principal escrito dedicado por Azeredo Coutinho aos problemas que se relacionam com a escravidão: a **Análise sôbre a Justiça do Comércio de Resgate de Escravos da Costa da África.** Publicado primeiramente em francês, no ano de 1798, êsse escrito pretende ser a defesa e apologia de um instituto que a torrente revolucionária ameaçava subverter. O fim que claramente se propõe seu autor — e desta vez com mais vigor do que nunca — ainda é a perfeita imobilidade, a intangibilidade da lavoura latifundiária de tipo colonial, fundada antes de tudo no trabalho escravo. Como isso será impossível no meio de um mundo em renovação, volve-se lògicamente contra as fôrças desagregadoras e iconoclastas.

Por êsse motivo, a **Análise** constitui o mais completo repositório das idéias políticas do então Bispo de Elvas. Idéias de emergência, diga-se de passagem, ditadas mais pelo pavor e pelo rancor do que por uma serena compreensão dos acontecimentos da época. Publicando no ano decisivo de 1808 a edição portuguêsa do livro (39), dirige-se êle aos brasileiros para anunciar que seu objeto, fazendo a publicação, é desmascarar os insidiosos princípios da seita dos Filósofos, apartar do paraíso em que viviam seus "amigos, concidadãos e patrícios" o pomo da infernal serpente revolucionária, nascida em terras de França, que concitava os povos à desobediência.

---

(38) Ver **Institutions Politiques par** Monsieur le Baron de Bielfeld. Tome Premier (Haia, 1760), pp. 309 e 310; 317 a 319. Compare-se com o **Ensaio Econômico**, ed. cit. pp. 23-27; 36-37 e 39-40.

(39) **Analyse sobre a Justiça do Commercio do Resgate dos Escravos da Costa da Africa,** novamente revista e acrescentada por seu autor, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Lisboa, 1808. Nesse mesmo ano publicou também a **Concordancia das Leis de Portugal e das Bulas Pontificais, das quaes humas permittem a Escravidão dos Pretos d'Africa, e outras prohibem a Escravidão dos Indios do Brasil.**

A causa maior de todos os abomináveis erros que a seita malfazcja espalhara é o princípio dos pactos sociais. A êsse princípio, que erige os indivíduos em criadores, legisladores e soberanos de si mesmos, juízes sem apelação em causa própria, julgadores supremos de seus interêsses e das suas paixões (40), opõe os "direitos das Sociedades e, por conseqüência, daqueles que têm o direito de as governar" (41).

Em sua opinião, as leis que hão de reger os homens não podem ser deduzidas de pretensos convênios anteriores às sociedades organizadas; supõem ao contrário a existência prévia do corpo social. De acôrdo nisto com o espírito e a letra da doutrina de Grócio, êle acredita na sociabilidade primordial dos homens, fundada num instinto natural e invencível, "assim como muitos animais que, por mais que se trabalhe em separá-los, correm uns para os outros tôdas as vêzes que se acham em liberdade e se ajuntam por uma tendência natural, como qualquer corpo puxa para seu centro, sem que para isso seja necessário haver pactos e convenções tácitas e expressas, nem algumas cessões de direitos: tais são as ovelhas e todos os animais que vivem em rebanhos, e qualquer corpo largado da mão" (42).

Mas para que o rebanho humano se porte decentemente e guarde boa ordem entre seus membros, é necessária a existência de um legislador soberano e a quem todos prestam obediência. Acima dêsse legislador não há, não pode haver, nenhum poder terreno. Só em Deus existem fôrças capazes de mudar e destruir os Impérios como e quando lhe pareça oportuno para atingir seus fins insondáveis (43).

Acontece, porém, que os decretos divinos não são eternamente e nem em tôda parte os mesmos. Êles também mudam ao sabor de necessidades mudáveis, êles também cedem perante fatôres contingentes, que a Natureza impôs. E aqui entra em cena, ainda uma vez, o princípio de relatividade que explica mais de uma opinião de Azeredo Coutinho e o coloca freqüentemente do lado dos céticos ou dos oportunistas.

Não existe, a seu ver, uma lei universal que possa justificar, em certos casos, a desobediência aos soberanos. A necessidade de existir, essa sim, é a lei suprema das nações (44), e tal lei é relativa a circunstâncias particulares de cada povo, a seus costumes, a suas idéias, a seu temperamento. Só aos soberanos legisladores pertence pesar prós e contras, aplicando o Direito Natural, "que lhes manda fazer o maior bem possível das suas nações relativamente ao estado em que cada uma delas se acha" (45). O soberano é comparado ao médico, que não aplica a todos os pacientes o mesmo remédio, nem em tôda ocasião e tempo.

---

(40) **Analyse...**, p. 5.
(41) **ob. cit.**, p. 10.
(42) **ob. cit.**, p. 6.
(43) **ob. cit.**, p. 103.

Assim sendo, caberá reconhecer a escravidão como justa, ao menos como inevitável, onde quer que as condições locais e as circunstâncias a exigirem. "O trabalho oposto às inclemências do tempo é sempre obrigado pela fôrça, ou seja de um estranho, ou seja da fome; daqui vem que entre as nações em que há muitas terras devolutas e poucos habitantes relativamente, onde cada um pode ser proprietário de terras, se acha estabelecida com justiça a escravidão..." (46).

Sua ética é, conforme se vê, brutalmente utilitarista. Nas convicções que defende, tanto acêrca da escravatura ou do tráfico de escravos, como das associações entre os homens e a subordinação dêstes a uma fôrça soberana, é sempre um critério de utilidade imediata e rasteira que prevalece da primeira à última palavra. Deus acha-se estranhamente ausente de sua obra, salvo talvez onde sirva para justificar os apetites de alguns poderosos da terra. Em realidade, a ordem civil que apregoa êsse eclesiástico independe de qualquer fundamento sobrenatural, como independe de qualquer idéia moral. Não pode assentar-se na justiça, por exemplo, nem na bondade ou na simpatía — o **fellow feeling** de Adam Smith —, que são alicerces demasiado frágeis para uma sociedade humana.

A doença do humanitarismo, criação fraudulenta da "seita filosófica", não chegaria a contaminá-lo, como contaminou a tantos outros, mesmo entre contra-revolucionários. Não quer ser um paladino dos humildes ou um fabricante de ideais. O que deseja sinceramente, por vêzes ostensivamente, é a maior felicidade possível e a maior segurança para um pequeno número de eleitos, para a raça dos **beati possidentes.** Aos ricos gostaria de ver reservados todos os bens dêste mundo e, além disso, a recompensa eterna, porque dêles é o Reino dos Céus. Só mesmo por essa concepção positiva da riqueza, a riqueza livre de entraves, pertence claramente ao século da burguesia e do capitalismo triunfante.

---

(44) ob. cit., p. XII.
(45) ob. cit., p. XII.
(46) ob. cit., p. 26.

Não faltaria quem visse nêle um espírito progressista e até um arauto de novas eras. Mas se é certo que pôde concorrer para libertar nossa vida econômica dos freios que a asfixiavam, no conjunto, sua obra permanece singularmente infecunda. Tôdas as opiniões e instituições com que se identificou profundamente, pertenciam ao passado, a um passado morto ou agonizante. Ao fim da vida — a 13 de maio de 1818 — ainda aceitava a nomeação para o Santo Ofício, e foi o último Inquisidor no Reino de Portugal.

Sérgio Buarque de Holanda

Memoria sobre o preço do assucar

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho

Todos sabem do alto preço a que tem subido o assucar em toda a Europa (1), pela desgraçada revolução das Colonias Francezas, nossas maiores rivaes neste genero de Agricultura; e pelas grandes inundações, que tem havido nas Colonias Hespanholas; e nas Inglezas pelos furacões de vento muito fortes.

Portugal, como huma das primeiras Nações Agricultoras e Commerciantes deste genero, tem tirado, e irá tirando grandes interesses, em quanto as circunstancias não mudarem. He agora hum problema? se se deve, ou não taixar o assucar?

Dizem alguns que sim, porque a experiencia tem feito vêr, que hum genero de Commercio levado a excesso, excita logo contra si a rivalidade das outras Nações; e faz que os compradores desse genero ou se dispensem delle, se podem; ou trabalhem com todas as suas forças, para o haverem por hum preço mais commodo, e mais barato.

Que este esforço geral fará descobrir meios de augmentar a abundancia desse genero, até reduzi-lo a hum preço tão baixo, que faça, se for possivel, arruinar esse ramo do Commercio da Nação ambiciosa, que levou o seu genero a hum preço excessivo.

Isto são verdades elementares, que se não podem negar; pois todos sabem, que o principal objecto do Commercio he trazer a abundancia ao Paiz da carestia, e fazer que em hum Paiz não haja superfluo, e que no outro não haja falta.

Mas como a taixa do assucar possa nas circunstancias presentes evitar o mal que se suppõe, he o que eu não posso entender; pois que quanto mais baixa fosse a taixa em Portugal, tanto mais depressa os Negociantes Nacionais, e Estrangeiros o levarião para fóra do Reino, para tirarem hum maior interesse do subido preço, em que elle se acha hoje em toda a Europa, e ainda na África (2): e desta sorte se verião em bem pouco tempo os consumidores da Nação sem assucar, e os Agricultores sem dinheiro, ou ao menos sem o excesso da taixa, ou sem aquelle maior interesse, que podião tirar do seu genero. Logo a taixa do assucar seria huma ruina para os senhores dos Engenhos do Brasil, e hum mal para os consumidores da Metropole.

---

(1) Em Pariz se está vendendo a 400 réis o arratel, e nesta Corte a 140, e a 160 réis.

(2) Em Salé está a 400 réis o arratel.

Dizem alguns; que entre tanto virá vindo mais assucar? mas de donde? A cana, de cujo extracto se faz o assucar, não produz em toda a parte; ella he só propria dos Paizes quentes; e não he huma cultura tão facil, que se faça dentro de tres ou de quatro mezes.

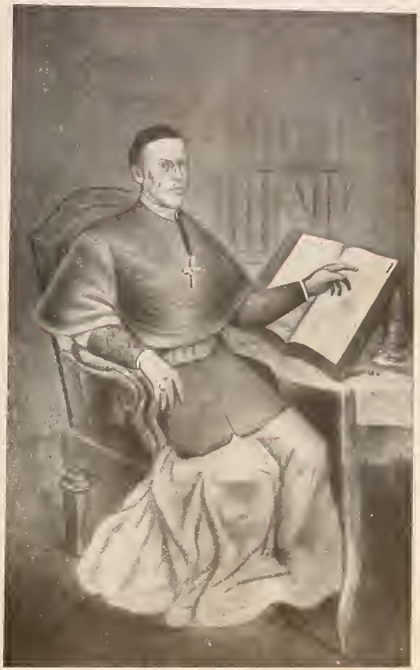
Nas Colonias Estrangeiras, desde a sua plantação até á sua colheita se passão mais de desoito, e de vinte mezes (3), e outro tanto tempo para se reduzir a assucar, fazello branco, encaixar e conduzillo para a Europa; alêm das fabricas, que he necessario ter logo prontas para a sua manufactura; o que tudo se não faz em menos de tres annos.

Neste anno não sobejou assucar nas Colonias agricultoras, antes pelas desordens sabidas, e grandes inundações, que nellas houverão, faltou de repente muita parte do que era necessario para o consumo annual da Europa. O corte, ou a colheita da cana não se faz todos os dias, só se faz em hum certo tempo do anno; a perda de huma colheita, ou de huma safra não se repara em dous, nem em tres annos (4). Logo em quanto não chega a outra safra, ou em quanto se não reparão estas perdas, ? onde se hade hir buscar mais assucar? Dizem huns que da India; outros que das plantações, que se hão de fazer na nova Colonia da Serra Leoa na Costa de Africa.

Isto só serve de provar a grande falta, que ha de assucar na Europa, e na América: mas não que estes meios sejão capazes de arruinar o nosso Commercio neste genero, nem que os assucares da Asia, ou de Africa possão entrar com os nossos em concorrencia, ao menos nestes dez, ou doze annos: oxalá só Portugal fora senhor deste ramo de Commercio.

(3 Labat, Voyage aux Isles de l'Ameriq. tom. 3. chap. 5. du Sucre pag. 140.

(4) Os que tem conhecimento das plantações das canas de assucar sabem, que hum dos maiores lucros della são as socas, ou as canas que rebentão dos olhos ou pimpolhos, que ficão nos pés ou nos pequenos troncos das canas que se cortão; não só por serem as socas huma producção espontanea da Natureza independente de huma nova plantação; mas tambem por ser huma produção tanto maior, quanto he maior o numero dos olhos, ou pimpolhos, que vingarão em cada pé ou tronco, que ficou da cana cortada; e se a terra he boa, ainda he maior a producção da 2.ª e da 3.ª soca; a cana soca sempre mais doce, e por consequencia contêm em si mais particulas de assucar, do que a da primeira plantação; e por isso o rendimento daquella he sempre á proporção maior do que o desta: perdida pois, ou destruida toda a cana de huma safra, ou colheita de um anno, não só se perdem para logo todos os lucros dessa safra, ou colheita; mas tambem se deixarão de lucrar para o futuro todos os multiplicados lucros das socas, que aliás rebentarião dos troncos dessas canas, se ellas não fossem arrancadas ou destruidas pela intemperie dos tempos, ou por qualquer outra causa.



D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho
(Bispo de Pernambuco e Elvas — 1742/1821)

O assucar das Indias Orientaes he muito inferior ao nosso em bondade, e qualidade (5): as despezas, e riscos desde o Brasil até á Europa são nada em comparação das desde o Ganges até o Téjo. O assucar da Costa de Africa ainda se não sabe que tal será; ainda se hão de estabelecer as Colonias; ainda se hão de amansar as terras para as fazer proprias para a cultura do assucar (6); ainda se hão de fazer as fabricas, ainda se hão de procurar os Mestres para ellas, etc.: he necessario ser muito pusillanime, para ter medo destes fantasmas.

Dizem outros que he necessario prohibir a exportação do assucar para fóra do Reino, ou ao menos até hum certo numero de caixas. ?Como, ou com que justa razão, se poderia nas circunstancias presentes obrigar o Negociante a vender o seu genero sem lucro, e talvez por menos do que comprou no Brasil, com attenção ao subido preço da Europa, confiado na boa fé, e na liberdade concedida ao Commercio?

?Como em tal caso se poderia evitar o contrabando? ?como acautelar que os Negociantes ainda Estrangeiros o não fossem fazer até mesmo nas Costas do Brasil? Que vigias, que guardas não serião necessarias, para evitar que o Agricultor o não vendesse a quem melhor lhe pagasse o seu genero? O contrabando do tabaco he huma prova desta verdade: o tabaquista não poupa dinheiro, o contrabandista não teme castigos; **Quisquis habet nummos, felici navigat aura,** disse Petronio Arbitro.

Mas supponha-se que nada disto aconteceria: ?Que utilidade sería para a Nação tirar da boca do Agricultor carregado das muitas, e grandes despesas, que comsigo traz a fabrica do assucar, para meter na boca do rico, e do farto, que vive no meio do luxo?

Dizem alguns, que o assucar se tem feito hum genero da primeira necessidade, e que por isso he necessario taixallo. Desta sorte seria preciso taixar o baetão no tempo do Inverno; e a seda no tempo do Verão. Mas chamem-lhe como quizerem; as palavras não mudão a essencia das cousas: a verdade he que o assucar he de huma necessidade real para o Agricultor; e de huma necessidade facticia, e de mero gosto para o consumidor: ?e nestes dois extremos não deverão prevalecer os direitos da propriedade? ?dever-se-hão atropelar direitos tão sagrados?

A fabrica do assucar he por sua natureza muito dispendiosa; ella pede muitos braços, muitas forças, e grandes fundos; e com tudo os seus lucros não correspondem ás suas grandes despesas (7). Não ha hum trabalho

---

(5) Labat, tom. 3. pag. 127.
(6) Labat. d. tom. 3. pag. 127, 135.

---

(7) Labat. d. tom. 6. chap. I. pag. 45. Qu'on compare la dépense d'une Sucrerie, et celle d'une Cacaotière qui auraient donné le méme revenu, et l'on verra par la difference qui se trouvera entre l'une, et l'autre, qu'une Cacaotière est une riche mine d'or, pendant qu'une Sucrerie ne sera qu'une mine de fer.

Além das despesas necessarias, ainda se fazem muitas por falta de methodo na construcção das fornalhas das caldeiras, em que se purificão os caldos para o assucar. E supposto já em alguns Engenhos, como vi no Rio de Janeiro, se fazem as fornalhas com algum methodo, formando huma abobada, sobre a qual estão assentadas as taixas divididas em duas partes por hum crivo de tijolos (que serve não só para ter sobre si a lenha, que conserva a chamma, mas tambem para dar passagem ás cinzas, que cahem para a parte inferior da abobada chamada vulgarmente cinzeiro); com tudo ainda tem muitas imperfeições, que he necessario remedear, para se evitarem os muitos disperdicios de lenhas, dos serviços dos escravos que as cortão; e dos bois, que as conduzem. O I.º erro consiste em deixar aberta a boca da fornalha depois de se lhe ter metida a lenha necessaria; pois que devendo aproventar-se toda a força, e actividade das chammas em fazer ferver os caldos das taixas; se perde muita parte das chammas, que retrocedem pela boca da mesma fornalha. Este erro he facil de remediar-se, fazendo a boca da fornalha a mais pequena possivel; para com mais commodidade se poder tapar com huma chapa de ferro, depois que se tiver metido a lenha necessária para conservar a chamma: deve se porêm ter aberta, e desembaraçada a porta debaixo do chamado cinzeiro, para por ella entrar o ar para conduzir a chamma e o fumo, até sahir este pelo alto da fuminé, ou boeiro, como alli vulgarmente se chama. O II.º erro consiste em se meter nas fornalhas muita lenha desnecessaria; e, o que he peior, grandes toros de madeira verde, que alêm do grande trabalho de os cortar, de os conduzir, e de os meter nas fornalhas, dão hum fumo tão grosso, e tão espesso, que mais serve de apagar do que de augmentar a chamma: este erro tem o seu principio na supposição em que alguns estão, de que quanto mais lenha mais chamma, e quanto mais chamma mais fervem os caldos: porêm logo que se souber, que todo e qualquer liquido quando chega a ferver, não augmenta mais de calor: por exemplo, a água depois de estar fervendo em borbotões, por mais que se lhe augmente o fogo, não recebe mais grãos de calor; se conhecerá que basta conservar os caldos no seu maior grão de fervura, sem que seja necessario meter mais, e mais lenha; porque toda he perdida, principalmente os grandes toros verdes. O III.º erro consiste em se fazer a fornalha, ou o canal por onde passa a chamma, todo igual desde a sua boca até a sua fuminé ou boeiro; o que faz que a chamma, correndo como inclinada para a parte da fuminé, passa com huma grande rapidez, sem aquentar bastantemente as taixas, que he o fim principal; este erro se remedeia facilmente formando-se debaixo de cada taixa huma abobada, ou hum forno com aberturas proporcionadas de humas para as outras, para dar passagem ás chammas desde a primeira até á ultima, mas sempre de sorte que a abertura por onde entra a chamma, seja algum tanto maior, do que a outra por onde ella sahe; porque a corrente da chamma, á maneira da de hum rio, achando-se hum pouco embaraçada em cada abobada, necessariamente ha de refluir, e subir por huma, e outra parte da abobada, até formar hum fogo de reverberio, fortissimo no fundo de cada taixa, que he o fim que se quer: o mesmo succederá na segunda, na terceira, e na quarta taixa; e desta sorte com pouco fogo se fará hum grande effeito. He necessario porêm advertir-se, que a abobada da primeira taixa junto á boca da fornalha seja sempre maior do que a das outras, e com a grandeza necessaria para nella se accommodar toda a lenha, que for precisa para conservar os caldos sempre fervendo, ou no grão de calor que se quizer. E supposto cada taixa deve ter o seu grão de calor particular, conforme o ponto mais ou menos alto, que se quer dar aos caldos de cada taixa; com tudo este grão de calor em huma mesma fornalha se póde muito bem proporcionar, dispondo-as de sorte que as mais rude, nem mais violento; os trabalhos das forjas do ferro, e das fabricas de vidro não tem comparação com as do assucar (8).

A esperança de hum dia feliz he a que mais anima ao homem nos seus trabalhos (9): cortar ao Agricultor esta esperança, pela taixa do seu genero, he cortar ao consumidor desse genero aqueles mesmos braços, que mais trabalhavão para o seu regalo.

Dizem alguns que o alto preço do assucar he só util para os nossos Negociantes, mas não para os nossos Agricultores do assucar; por estar este genero taixado por huma Lei no Brasil. Supponha se por hum pouco que assim he: ? por ventura os nossos Negociantes não trabalhão tambem em beneficio da Nação? ? elles só devem estar sujeitos a perder, e não a ganhar? Prohiba-se o monopolio, prohiba-se a fraude, mas não os lucros de hum Commercio licito, que a todos he livre.

Mas tornando á dita Lei: ella só poz huma taixa, para que os Negociantes, que muitas vezes maliciosamente adiantavão dinheiros aos agricultores do assucar, não abusassem da necessidade delles, nem lho tomassem em pagamento por menos da dita taixa.

Mas esta com tudo só tem lugar, quando o assucar he comprado dentro do mesmo Engenho, ou fabrica; mas não depois que o senhor do Engenho, ou o Agricultor do assucar faz com elle as despesas dos caixões, conduções por terra, e por mar; alêm dos muitos riscos, que corre por sua conta

---

taixas, às quaes se quizer dar hum maior grão de calor, deverão ficar mais perto da boca da fornalha, e com huma maior parte dos fundos descobertos á acção do fogo; e pelo contrario aquellas, ás quaes se quizer dar hum menor grão de calor, deverão ficar mais perto da fuminé, e com huma menor parte dos seus fundos descobertos. Veja-se Baumé Mem. sur la meill. maniere de constr. les alamb. et fourneaux: Demachy l'Art du distil. d'eaux-fortes: e Encyclopedie art. Sucrerie.

E como ordinariamente nas casas das caldeiras ha muito fumo, que incommoda aos mesmos que trabalhão, para se evitar isto, será muito util que a fuminé passe acima dos telhados; não só para lançar longe o fumo, mas tambem para conduzir as chammas mais acima. Esta fuminé porêm não he necessario que seja uma grande massa informe, basta que tenha o seu diametro hum pouco menor do que o da boca do cinzeiro, por onde entra a grande columna de ar que conduz as chammas; e pode ser quadrada, ou cylindrica, e cingida com huma cimalha na altura de hum homem, para sobre ella se porem as luzes necessarias para de noite se alumiar a casa das caldeiras.

(8) Em qualquer genero de Agricultura hum Escravo não trabalha mais de doze horas por dia; na fabrica de assucar trabalha dezoito horas seguidas: este trabalho por sua natureza excessiva abbrevia a vida dos Escravos, extingue nos Pais, e nas Mãis o germen da propagação, a qual aliás he hum dos maiores soccorros para o serviço das mesmas fabricas. V. Labat. d. tom. 3. chap. 5, du sucre, pag. 209.

(9) A falta de pastos que muitas vezes ha nos annos de grandes seccas, causa tambem gravissimos prejuizos aos proprietários dos Engenhos principalmente aos que os fazem trabalhar com bois ou com bestas.

até o pôr no Trapixe, ou no armazem publico da venda: porque já então cada hum vende pelo mais que pode acima da taixa, ou pelo preço que corre; como todos os dias se está praticando naquelas Praças.

Do expendido fica manifesto o quanto seria prejudicialissimo a Portugal, e quasi mesmo impraticavel nas circunstancias presentes, por-se huma taixa no assucar, pois que sendo como he hum genero de Commercio de quasi todas as Nações (10), só a convenção geral de todas as Nações he que o pode regular; principalmente quando huma Nação não he a só agricultora, ou a unica senhora desse genero: de outra sorte a Nação, que se quizer oppor á torrente das outras, ou ha de ser pisada pela multidão das concorrentes, ou ha de seguir o impulso, que ellas lhe derem.

Eis-aqui a razão porque os generos alfandegados não podem ser reduzidos a huma taixa certa. Eu passo a mostrar o quanto será util a Portugal que o assúcar suba ao mais alto preço possivel.

Os Portuguezes, e os Hespanhoes, que primeiro descobrirão a India, forão tambem os primeiros, que aprenderão dos Indios o modo de cultivar, e fabricar o assucar, e o vierão ensinar á Europa, e estabelecerão fabricas nas Ilhas da Madeira, e das Canarias.

Depois passando á America, onde acharão canas de assucar nascidas naturalmente (11), estabelecerão novas fabricas pelos annos de 1557, e aperfeiçoarão tanto os seu assucares, que excederão infinitamente em belleza, e bondade aos das Indias Orientaes (12 e 13).

---

(10) Os Portuguezes, Francezes, Hespanhoes, Hollandezes, Inglezes, Dinamarquezes, todos metem na Europa assucares das suas Colonias d'America, e alguns os trazem da Alexandria.

(11) No Rio de Janeiro ainda antes de lá entrarem os Portuguezes, ou alguns outros Europeos, havião já canas de assucar, como attesta Lery, hum dos companheiros de Villagagnon, que primeiro entrou naquella bahia em 5 de Novembro de 1555. Vej. a sua **Hist. Navigat. in Brasil, cap. 8. Sacchari cannis, quarum copia nobis suppetebat**, etc., e no cap. 12. **Sacchari quoque cannae optime in illis terris crescunt et maxima copia.** O Brigadeiro Antonio de Almeida Lara, o primeiro que cultivou as canas de assucar no Cuyabá, não achando canas algumas de assucar, nem sendo conhecidas em todas aquellas terras já então habitadas pelos Portuguezes, foi tirar as primeiras plantas das terras então habitadas pelo Gentio **Paresi.**

He já reconhecido por todos os Navegantes das Ilhas do Mar do Sul, que a cana de assucar he huma producção espontanea das terras situadas debaixo da Zona Torrida, assim como outras muitas, que lhe são proprias.

Mr. de la Harpe **Hist. des Voyag. tom. 19, pag. 376;** L'ile d'Otahiti produit des fruits à-pain, des noix de cocos; des bananes de treize sortes et les meilleures que nous ayons jamais mangés; des **planes**, un fruit assez ressemblant à la pomme, et qui est très agréable lorqu'il est mur; des patates douces, des ignames, du cacao, une espèce **d'arum**, un fruit connu dans l'ile sous le nom de **jambu**, et que les Insulaires regardent comme le plus délicieux; des cannes de sucre que les habitants mangent crues. **E mais adiante, pag. 377:** Tous ces fruits qui composent la nourriture des Otahitiens, sont des productions spontanées de la nature; ou bien la culture se réduit à si peu de chose, qu'ils semblent exempt de l'anathême général, qui porte que l'homme mangera son pain à la sueur de son front. On trouve aussi dans l'ile le murier dont on fait le papier chinois, **morus papyrifera.**

Esta bondade com tudo provêm mais da qualidade do terreno, do que da mão do Agricultor, ou do Fabricante: porque a cana de que se extrahe o assucar, segue a natureza dos fructos, que ainda que sejão da mesma especie, são com tudo mais ou menos doces, conforme a qualidade dos terrenos.

Hum arratel de assucar, por exemplo, muitas vezes adoça mais do que dois arrateis do de outro terreno, como a experiencia faz ver todos os dias nas confeitorias. Esta preferencia, que indubitavelmente tem os assucares do nosso terreno a respeito dos outros (14), he hum dom da natureza, de que a industria estrangeira nos não pode privar.

Os Hollandezes tendo aprendido dos Portuguezes em Pernambuco a fabricar o assucar, depois de expulsos desta Capitania pelos Pernambucanos em 1654 (15), forão ensinar aos Francezes da Ilha de Guadalupe, e da Martinica, e aos povoadores das outras Ilhas daquelle Archipelago; e pelo mesmo tempo estabelecerão tambem os Inglezes fabricas de assucar nas Ilhas de S. Christovão, e de Barbada (16).

Mas a tempo em que as nossas fabricas de assucar se achavão já muito melhoradas, com mais de noventa e sete annos de adiantamento, do que as de todos os Estrangeiros, e nos quasi senhores unicos deste Commercio, se descobrirão, para nós desgraçadamente, as Minas do Oiro, que nos fizerão desprezar as verdadeiras riquezas da Agricultura, para trabalharmos nas de mera representação (17).

A riqueza rapida daquellas Minas, que tanto tem augmentado a industria dos Estrangeiros, chamou a si quasi todos os braços das nossas fabricas de assucar: este cego abandono fez que ellas fossem logo em decadencia (18).

---

(12) Lery esteve no Rio de Janeiro pelos annos de 1557, como elle diz no fim do Cap. 5 da sua Historia; já por aquelle tempo fazia menção dos Engenhos de assucar, que os Portuguezes tinhão em algumas partes do Brasil. Veja-se o d. no Cap. 12. Nos Galli et hominibus et machinis ad eliciendum saccharum idoneis nondum essemus instructi. ut sunt Lusitani in iis, quos occupant apud Barbaros, locis.

(13) Labat. d. t. 3. pag. 127, 129.

(14) Dictionn. Univers. du Commerce t. 3. pag. 870, col. 2. Le plus bel (sucre) vient du Brésil.

(15) Castrioto, Lusit. part. I. liv. 10. art. Militares pag. 689.

(16) Labat. d. t. 3. pag. 180.

(17) Montesq. Esprit des Loix liv. 21, art. 18. Labat d. t. 3. pag. 323.

(18) Pitta Histor. da America Portug. liv. 8. num. III., e seguintes.

Desde esta época fatal para a nossa Agricultura, os Estrangeiros, sempre habeis em se aproveitar do nosso descuido, trabalharão com todas as suas forças por nos arancarem das mãos os nossos grandes ramos de Commercio. A isto accresceo mais em favor delles a paz de **Ryswick** feita em 1697 entre a França, Hespanha, Hollanda, Alemanha, e Inglaterra, que lhes deo mais tempo para melhor se estabelecerem.

Os Francezes fizerão logo tantos progressos, que elles mesmos dizião, que se aquella paz tivesse durado mais tempo, as fabricas de assucar terião sido para elles hum segundo Peru (19). Mas se nós hoje bem calcularmos os nossos interesses, este Peru passará para Portugal.

Nas Antilhas desde que se planta a cana até que se corta, se passão mais de dezoito, e vinte mezes (20); no Brasil não passa de doze atê quatorze mezes (ou como lá se diz de dois Março); no que já se vê que a natureza trabalha mais em nosso favor, ao menos quasi huma terça parte; e por consequencia aquillo que elles fazem em tres annos, nós fazemos em dois.

Portugal, que primeiro descobriu a Costa de Africa, ainda hoje conserva as melhores Colonias dos resgates dos Escravos, que lhe produzem braços com menos despezas, do que ás outras Nações. Brasil está defronte de Africa, comunicando-se por huma navegação mais breve, e em todos os tempos do anno: o que tudo, dadas as mesmas proporções, produzirá mais em nosso favor outra terça parte.

O nosso continente do Brasil he muito dilatado, e por isso nos podemos alargar, e escolher terrenos proprios para as canas á nossa vontade: e pelo contrario a maior parte dos Agricultores nossos rivaes, por isso que vivem insulados, viverão sempre limitados, e cercados de mar.

Contra elles accresce mais que os furacões de vento, muito frequentes naquellas Colonias desde o meio de Julho até o de Outubro (21), lhes arrancão as searas, e muitas vezes os edificios, e lhes causão todos os annos irreparaveis perdas: estes mesmos furacões são perigosissimos para a navegação daquelle Archipelago (22), e por isso são maiores as despezas dos seguros, que carregão sobre as suas mercadorias.

Havendo qualquer guerra entre aquellas Colonias, alêm das perdas que ella comsigo traz, as suas plantações e searas são muitas vezes queimadas e destruidas, pela facilidade com que são atacadas por todas as partes pelas Náos inimigas; prejuizos estes, que as nossas não sentem facilmente, por serem as nossas Costas por natureza defendidas ou pelos grandes rochedos, ou pelos dilatados baixos; e as nossas plantações são pela maior parte pelo interior do Paiz.

---

(19) Labat dom. tom. 3. pag. 324.
(20) Labat d. tom. 3 pag. 120.
(21) Labat d. tom. 2. chap. 12, pag. 223.
(22) Labat d. pag. 230.

O meio de promover, e adiantar a industria da Nação he deixar a cada hum a liberdade de tirar hum maior interesse do seu trabalho: os Inglezes, e os Hollandezes, primeiros mestres da arte do Commercio, tem dado a todos estas lições.

Os Inglezes tem levado o seu ferro polido a hum preço excessivo; elles já o fazem valer mais do que o oiro: da mesma sorte os Hollandezes a respeito das suas especiarias, que até muitas vezes queimão, e deitão ao mar o excesso dellas, para que a sua mesma abundancia os não obrigue a abaixar de preço (23): elles não temem a concorrencia imaginaria, esperão que ella seja effectiva, para então governarem a balança a seu favor.

Elles sabem que huma Nação, depois que chega a ser unica senhora de hum certo ramo de commercio, pode então dar a lei como quizer, sem temer os esforços, que contra ella fizerem as outras Nações.

He necessario com tudo que ella, na ocasião da concorrencia, saiba abaixar gradualmente o preço do seu genero favorito, até fazer que a Nação rival ou não ache lucro, ou succumba debaixo do pezo dos seus mesmos esforços: o Commercio segue a natureza de todas as coizas, que depois de tomarem huma certa carreira, não he facil de as fazer tornar.

A larga experiencia das Nações commerciantes tem feito ver, que huma Nação não faz á outra hum espolio desta natureza, sem que haja ou algum descuido, e má politica da parte da espoliada, ou alguma revolução imprevista, a qual não podem acautelar forças humanas.

Portugal perdeo a superioridade da sua Agricultura, e do seu Commercio, pela cegueira com que correo atraz de huma representação e de huma sombra de riqueza, sem ver que deixava atraz de si o precioso corpo que ella representava: sem duvida porque a sombra parece muitas vezes maior do que o corpo.

Perdeo Portugal em consequencia a superioridade da sua Marinha, porque hum Navio carregado de oiro não occupa tantas Náos, nem tantos mil homens, como huma Frota de igual valor carregada de assucar, cacáo, café, trigo, arroz, carnes, peixes salgados & c (24).

A revolução inesperada, acontecida nas Colonias Francezas, he hum daquelles impulsos extraordinarios, com que a Providencia faz parar a carreira ordinaria das coizas; agora pois que aquelles Colonos estão com as mãos atadas para a Agricultura, antes que elles principiem nova carreira, he necessario que apressemos a nossa.

---

(23) Bougainville **Voyage autour du Monde.** part. 2. chap 8, pag. 197.
(24) Veja-se a Carta que escrevi aos Redatores do Investigador Portuguez.

O interesse he a alma do Commercio; e como elle tanto anima ao Francez como ao Portuguez, he necessario deixar-lhe a liberdade ao subido preço do assucar; quanto elle mais subir, mais se augmentarão as nossas fabricas, e o nosso Commercio.

Em quanto os Estrangeiros reformão, ou fazem de novo as suas fabricas, e plantações, já nós lhes levamos a vantagem do melhor estado das nossas: e se nós trabalharmos com industria, e forças iguaes ás dos nossos rivaes, por isso que temos a natureza em nosso favor, ou sempre os havemos de exceder em dobro, ou elles nos hão de ceder o campo.

Para maior adiantamento do Commercio do assucar, se deve tambem promover a cultura do cacáo, canella, baunilha, e café, todos estes generos dão as mãos entre si; quanto se augmentar o gosto destes, tanto mais necessaria se fará huma maior abundancia daquelle.

Todos elles nascem e produzem muito no Brasil: o café principalmente vindo do Rio de Janeiro he superior ao melhor vindo de Móca: repetidas experiencias feitas por bons conhecedores lhe tem dado toda a preferencia.

A canella do Brasil precisa de socorro superior; seria necessario rebaixar-lhe os direitos das Alfandegas, e prohibir-se a que vem dos Estrangeiros: e se he verdade, como se diz, que os naturaes das Molucas não estão contentes com os Hollandezes, bem pode ser que esta desordem entregue mais depressa a Portugal a superioridade deste Commercio, pela muita abundancia com que a natureza, sem industria nem trabalho, produz a canella no Brasil.

Em summa, a occasião agora nos desafia: ella he ligeira, e voluvel; se se não lança mão della, foge, vôa, e desapparece.

Ind. Gráf. J. Lucena S. A.
Mayrink Veiga, 22 — Rio

Edições do I. A. A.

Publicado:

Os Holandeses no Brasil Constando de: Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam, 1624. — *Jan Andries Moerbeeck;* e Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. (1625). (Tradução do Rev. P. Fr. Agostinho Keijzers, O. C.' e de José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliográfia de José Honório Rodrigues. — Rio, 1942.) (Série História, Vol. I).

A sair:

Relatório sôbre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adriaen Van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam em 4 de Abril de 1640. — (Tradução, introdução e notas de José Antônio Gonsalves de Melo, neto).

Industrias Graficas J. Lucena S. A. — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio